

OFÍCIO Nº 1632-2025/GAP/PMA

Altamira, 08 de outubro de 2025.

Ao Excelentíssimo Senhor
DIOGO DO SOCORRO ANDRADE PEREIRA
Presidente da Câmara Municipal de Altamira.

**Assunto: Encaminhamento de Projeto de Lei – Programa Municipal de Estágio
"Primeiros Passos"**

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, venho por meio deste encaminhar à elevada apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa o incluso **Projeto de Lei 85/2025**, que institui, no âmbito da **Administração Pública Municipal de Altamira**, o **Programa Municipal de Estágio denominado "Primeiros Passos"**, estabelecendo diretrizes para a concessão de estágios remunerados e voluntários a estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino superior.

A presente proposta visa promover a formação prática de jovens altamirenses, fomentar sua inserção no mercado de trabalho e contribuir para o fortalecimento da administração pública municipal, em conformidade com a Lei Federal nº 11.788/2008.

Diante da relevância social e educacional da matéria, solicitamos a tramitação e aprovação do referido Projeto de Lei, reiterando os votos de estima e consideração.

Atenciosamente,

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Recebi às 12:39

Em 08/10/25

Lila Botelho
Assinatura

TONY GLEYDSON
DA SILVA
BARROS:82601836
253

Assinado de forma digital
por TONY GLEYDSON DA
SILVA BARROS:82601836253
Dados: 2025.10.08 11:10:53
-03'00'

DR. TONY GLEYDSON DA SILVA BARROS
Chefe de Gabinete

GABINETE DO PREFEITO – GAP
Rua Otaviano Santos nº2288 – Sudam I - Altamira - PA.
E-mail: gabinete@altamira.pa.gov.br



PREFEITURA DE
ALTAMIRA
Renovação, União e Trabalho



PROJETO DE LEI Nº 85/2025

"institui no âmbito da Administração Pública Municipal de Altamira o Programa Municipal de Estágio denominado "PRIMEIROS PASSOS", estabelecendo diretrizes para a concessão de estágios remunerados e voluntários a estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Altamira, Estado do Pará, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelas disposições da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica instituído no âmbito da Administração Pública Municipal de Altamira o Programa Municipal de Estágio denominado "PRIMEIROS PASSOS", estabelecendo diretrizes para a concessão de estágios remunerados e voluntários, destinado a proporcionar aos estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino superior a complementação educacional e profissional através de atividades práticas supervisionadas.

Parágrafo único. O Programa Municipal de Estágio rege-se pelas disposições da Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, pelas normas desta Lei e pelos regulamentos que vierem a ser editados.

Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I - estágio: ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de



educação profissional, de ensino médio, da educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos;

II - estágio obrigatório: aquele definido como tal no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma;

III - estágio não obrigatório: aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória;

IV - estagiário: estudante regularmente matriculado que desenvolve atividades de estágio;

V - supervisor de estágio: servidor público municipal responsável pelo acompanhamento e orientação das atividades do estagiário;

VI - termo de compromisso: instrumento jurídico que formaliza a relação de estágio entre o estudante, a instituição de ensino e o órgão municipal concedente.

Art. 3º O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, observados os seguintes requisitos:

I - matrícula e frequência regular do educando em curso de educação superior, atestados pela instituição de ensino;

II - celebração de termo de compromisso entre o educando, a parte concedente do estágio e a instituição de ensino;

III - compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

§ 1º O estágio deverá ter acompanhamento efetivo pelo professor orientador da instituição de ensino e por supervisor da parte concedente, comprovado por vistos nos relatórios e por menção de aprovação final.

§ 2º O descumprimento de qualquer dos incisos deste artigo ou de qualquer obrigação contida no termo de compromisso caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.



CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS E MODALIDADES

Art. 4º O Programa Municipal de Estágio tem por objetivos:

- I** - proporcionar aos estudantes experiência prática em suas áreas de formação;
- II** - complementar o processo de ensino-aprendizagem através da vivência profissional;
- III** - contribuir para a formação de recursos humanos qualificados;
- IV** - promover a integração entre as instituições de ensino e a administração pública municipal;
- V** - auxiliar no desenvolvimento de projetos e atividades dos órgãos municipais;
- VI** - estimular o interesse dos jovens pelo serviço público;
- VII** - contribuir para a modernização e eficiência da administração municipal.

Art. 5º O Programa Municipal de Estágio compreende duas modalidades:

- I** - estágio remunerado: destinado aos estudantes em atividades de estágio não obrigatório, com concessão de bolsa-auxílio e auxílio-transporte;
- II** - estágio voluntário: destinado aos estudantes em cumprimento de estágio obrigatório, sem concessão de bolsa-auxílio, mas com possibilidade de auxílio transporte.

§ 1º A modalidade de estágio será definida conforme a natureza obrigatória ou não obrigatória da atividade no projeto pedagógico do curso do estudante.

§ 2º Em ambas as modalidades, será obrigatória a contratação de seguro contra acidentes pessoais em favor do estagiário.

CAPÍTULO III

DOS REQUISITOS E CONDIÇÕES

Art. 6º Poderão participar do Programa Municipal de Estágio os estudantes que atendam aos seguintes requisitos:

- I** - estar regularmente matriculado e frequentando curso de educação superior, com documentação devidamente atestada pela instituição de ensino
- II** - ter idade mínima de 18 (dezoito) anos;
- III** - apresentar desempenho acadêmico satisfatório, comprovado pela instituição de ensino;



- IV - não possuir vínculo empregatício com a administração pública municipal;
- V - não ter sido desligado de programa de estágio municipal por motivo disciplinar nos últimos 2 (dois) anos.

Parágrafo único. Será dada preferência aos estudantes residentes no município de Altamira ou região metropolitana.

Art. 7º A jornada de atividades do estagiário será definida de comum acordo entre a instituição de ensino, o órgão municipal concedente e o estudante, devendo constar do termo de compromisso e não ultrapassar:

I - 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

§ 1º A jornada deverá ser compatível com o horário das atividades acadêmicas do estudante.

§ 2º É vedada a realização de atividades de estágio em horário noturno, feriados e finais de semana, salvo em casos excepcionais devidamente justificados.

Art. 8º A duração do estágio na mesma unidade administrativa não poderá exceder 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

CAPÍTULO IV **DA REMUNERAÇÃO E BENEFÍCIOS**

Art. 9º Os estagiários em modalidade remunerada farão jus aos seguintes benefícios:

- I - bolsa-auxílio mensal no valor equivalente a 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo nacional vigente;
- II - auxílio-transporte correspondente ao valor das passagens necessárias ao deslocamento residência-trabalho-residência;
- III - seguro contra acidentes pessoais com cobertura mínima equivalente a 10 (dez) vezes o valor da bolsa-auxílio.

§ 1º A bolsa-auxílio será paga mensalmente, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços.

§ 2º O auxílio-transporte será calculado com base nos dias efetivamente estagiados no mês.



§ 3º Os valores da bolsa-auxílio e do auxílio-transporte não possuem natureza salarial e não se incorporam à remuneração para quaisquer efeitos.

Art. 10. Os estagiários em modalidade voluntária farão jus aos seguintes benefícios:

- I - auxílio-transporte, a critério do órgão concedente;
- II - seguro contra acidentes pessoais com cobertura mínima equivalente a 10 (dez) vezes o salário mínimo nacional;
- III - certificado de participação no programa ao final do estágio.

Art. 11. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias.

§ 1º O recesso será remunerado quando o estagiário receber bolsa-auxílio.

§ 2º Os dias de recesso serão concedidos de forma proporcional nos casos de estágio com duração inferior a 1 (um) ano.

CAPÍTULO V

DA ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

Art. 12. A coordenação geral do Programa Municipal de Estágio caberá à Secretaria Municipal de Administração, que terá as seguintes atribuições:

- I - estabelecer diretrizes gerais para o programa;
- II - definir o número de vagas por órgão municipal;
- III - coordenar os processos seletivos;
- IV - celebrar convênios com instituições de ensino;
- V - acompanhar e avaliar o desenvolvimento do programa;
- VI - elaborar relatórios periódicos sobre os resultados alcançados;
- VII - propor aperfeiçoamentos no programa.

Art. 13. Cada órgão municipal participante do programa deverá:

- I - indicar as áreas e atividades adequadas para o desenvolvimento de estágio;
- II - designar supervisores qualificados para orientação dos estagiários;



III - proporcionar instalações e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades;

IV - elaborar plano de atividades específico para cada estagiário;

V - avaliar periodicamente o desempenho dos estagiários;

VI - emitir relatórios sobre as atividades desenvolvidas;

VII - comunicar à coordenação geral eventuais irregularidades.

Art. 14. O supervisor de estágio deverá:

I - possuir formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário;

II - orientar e acompanhar as atividades do estagiário;

III - avaliar o desempenho e a evolução do estagiário;

IV - elaborar relatórios periódicos sobre o desenvolvimento do estágio;

V - manter contato com a instituição de ensino;

VI - zelar pelo cumprimento das normas do programa.

Parágrafo único. Cada supervisor poderá orientar no máximo 10 (dez) estagiários simultaneamente.

CAPÍTULO VI

DA SELEÇÃO E ADMISSÃO

Art. 15. A seleção de estagiários será realizada mediante processo seletivo público, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

§ 1º O processo seletivo será amplamente divulgado através dos meios de comunicação oficiais do município e das instituições de ensino parceiras.

§ 2º O edital de seleção especificará os requisitos, as vagas disponíveis, as áreas de atuação, a documentação necessária e os critérios de avaliação.

Art. 16. O processo seletivo poderá compreender as seguintes etapas:

I - análise de currículo e histórico escolar;

II - prova de conhecimentos gerais e específicos;

III - entrevista;

IV - outras modalidades de avaliação pertinentes à área de estágio.

Art. 17. A admissão do estagiário será formalizada mediante:



- I - celebração de termo de compromisso entre o estudante, a instituição de ensino e o órgão municipal;
- II - contratação de seguro contra acidentes pessoais;
- III - elaboração de plano de atividades específico;
- IV - designação de supervisor responsável.

CAPÍTULO VII

DOS DIREITOS E DEVERES

Art. 18. São direitos do estagiário:

- I - receber orientação e supervisão adequadas;
- II - desenvolver atividades compatíveis com sua formação acadêmica;
- III - ter acesso às informações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;
- IV - receber os benefícios previstos nesta Lei;
- V - gozar de recesso anual;
- VI - receber certificado de participação no programa;
- VII - ter respeitados seus direitos fundamentais e sua dignidade;
- VIII - solicitar transferência de área ou desligamento do programa.

Art. 19. São deveres do estagiário:

- I - cumprir a jornada de atividades estabelecida;
- II - executar as atividades com dedicação e responsabilidade;
- III - observar as normas internas do órgão concedente;
- IV - manter sigilo sobre informações confidenciais;
- V - apresentar relatórios periódicos sobre suas atividades;
- VI - comunicar imediatamente qualquer irregularidade;
- VII - zelar pelo patrimônio público;
- VIII - manter conduta ética e profissional;
- IX - frequentar regularmente as aulas em sua instituição de ensino.

Art. 20. O descumprimento dos deveres pelo estagiário poderá resultar em:

- I - advertência;
- II - suspensão temporária;
- III - desligamento do programa.



§ 1º As sanções serão aplicadas mediante processo administrativo que assegure o direito de defesa.

§ 2º O desligamento por motivo disciplinar impedirá nova participação no programa pelo prazo de 2 (dois) anos.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 21. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 22. O número máximo de estagiários admitidos simultaneamente será definido anualmente pela Secretaria Municipal de Administração, considerando:

- I - a disponibilidade orçamentária;
- II - a capacidade de supervisão dos órgãos municipais;
- III - a demanda das instituições de ensino;
- IV - as necessidades da administração municipal.

Art. 23. Os recursos para o programa serão provenientes de:

- I - Função Programática 08 422 0031 2.248
- II - convênios com instituições públicas ou privadas;
- III - outras fontes legalmente admitidas.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 24. O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, estabelecendo:

- I - os procedimentos para seleção e admissão de estagiários;
- II - os modelos de termo de compromisso e demais documentos;
- III - as normas de supervisão e avaliação;
- IV - os quantitativos e critérios para distribuição de vagas entre os órgãos municipais;
- V - outras disposições necessárias à execução do programa.

Art. 25. Os convênios com instituições de ensino deverão ser celebrados após a regulamentação desta Lei.



Art. 26. O primeiro processo seletivo deverá ser realizado após a regulamentação desta Lei.

Art. 27. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Altamira, Estado do Pará, aos 08 (oito) dias do mês de outubro de 2025.

LOREDAN DE
ANDRADE
MELLO:27931119886

Assinado de forma digital por
LOREDAN DE ANDRADE
MELLO:27931119886
Dados: 2025.10.08 10:43:59
-03'00'

LOREDAN DE ANDRADE MELLO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Protocolo nº: 951

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Destinatário: EMA

Dia: 08 de 10 de 2025 às 12:19 horas

Lila Sobello
Funcionário



MENSAGEM Nº. 85 /2025

Excelentíssimo Senhor

Presidente da Câmara Municipal de Altamira

Excelentíssimos(a) Senhores(a) Vereadores(a)

Dirijo-me a Vossas Excelências, com o devido respeito e consideração, para encaminhar o incluso Projeto de Lei à elevada apreciação dessa Egrégia Casa Legislativa que *"institui no âmbito da Administração Pública Municipal de Altamira o Programa Municipal de Estágio denominado "PRIMEIROS PASSOS", estabelecendo diretrizes para a concessão de estágios remunerados e voluntários a estudantes regularmente matriculados em instituições de ensino superior e dá outras providências"*.

A presente propositura encontra amparo legal na Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, bem como nos princípios constitucionais da educação, do trabalho e da eficiência administrativa. A criação de um programa municipal de estágio representa importante instrumento de política pública voltado ao desenvolvimento educacional, profissional e social dos jovens altamirenses.

Da Necessidade e Relevância Social

O município de Altamira, reconhecendo seu papel na formação de recursos humanos qualificados e no desenvolvimento regional, propõe a institucionalização de um programa de estágio que atenda simultaneamente às necessidades de formação prática dos estudantes e aos interesses da administração pública municipal. A iniciativa visa criar oportunidades de aprendizado profissional para jovens em início de carreira, contribuindo para sua inserção no mercado de trabalho e para o desenvolvimento de competências técnicas e comportamentais essenciais.

O programa contempla duas modalidades de estágio, em conformidade com a legislação federal vigente: estágios remunerados, destinados aos estudantes em atividades não obrigatórias, com bolsa-auxílio equivalente a meio salário-mínimo nacional, além de auxílio-transporte; e



estágios voluntários, direcionados aos estudantes em cumprimento de estágio obrigatório previsto em seus currículos acadêmicos.

Dos Benefícios para os Estudantes

A implementação do programa proporcionará aos estudantes altamirenses e da região oportunidades concretas de aplicação prática dos conhecimentos teóricos adquiridos em suas formações acadêmicas. O contato direto com o ambiente de trabalho da administração pública permitirá o desenvolvimento de competências profissionais específicas, o aprimoramento de habilidades interpessoais e o conhecimento das rotinas e procedimentos do serviço público.

Para os estudantes em estágio não obrigatório, a concessão de bolsa-auxílio no valor de meio salário-mínimo nacional, acrescida de auxílio-transporte, representa importante apoio financeiro que viabilizará a dedicação às atividades de estágio sem comprometer suas necessidades básicas. Esta remuneração, além de atender à exigência legal, reconhece o valor da contribuição dos estagiários para o funcionamento dos órgãos municipais.

Dos Benefícios para a Administração Municipal

A presença de estagiários nos órgãos municipais trará renovação e dinamismo às equipes de trabalho, introduzindo novas perspectivas, conhecimentos atualizados e energia jovem no ambiente administrativo. Os estagiários poderão contribuir com projetos específicos, atividades de apoio técnico e administrativo, e iniciativas de modernização dos processos de trabalho.

Da Conformidade Legal e Sustentabilidade Financeira

O projeto de lei foi elaborado em estrita observância à Lei Federal nº 11.788/2008, incorporando todos os requisitos legais para a realização de estágios no setor público. O impacto financeiro do programa foi cuidadosamente avaliado, sendo dimensionado de forma sustentável financeiramente, sem comprometer o equilíbrio orçamentário do município.



CONCLUSÃO

O Programa Municipal de Estágio representa investimento estratégico na formação de recursos humanos qualificados e no fortalecimento da administração pública municipal. Diante da relevância social e educacional da proposta, solicito a Vossas Excelências a aprovação do presente projeto de lei.

Renovo os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Gabinete do Prefeito Municipal de Altamira, Estado do Pará, aos 8 (oito) dias do mês de outubro de 2025.

LOREDAN DE
ANDRADE

MELLO:27931119886

Assinado de forma digital por
LOREDAN DE ANDRADE
MELLO:27931119886
Dados: 2025.10.08 10:43:28
-03'00'

LOREDAN DE ANDRADE MELLO
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE ALTAMIRA

Protocolo nº: 951

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA

Destinatário: o. m. n.

Data: 08.10.25 às 12:19 horas

Leitor Botelho
Funcionário